

A AGRICULTURA FAMILIAR E A PLURIATIVIDADE NO PERÍMETRO IRRIGADO DE PAU DOS FERROS-RN

Guilherme Fernandes de Souza

Graduado do Curso de Geografia/UERN

guilherme-geografiagfs@hotmail.com

Rômulo Kleberson de Souza

Graduado do Curso de Geografia/UERN

romuloklebeson@hotmail.com

Rosalvo Nobre Carneiro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas - PPGCISH /UERN

rosalvonobre@uern.br

Resumo:

O presente trabalho demonstra como se configurou a fase de implantação dos projetos federais que contribuíram para atenuar o problema da seca no Nordeste. Encontram-se projetos de irrigação, desterritorialização e (re) territorialização dos espaços destinados ao incremento da produção agrícola. A agricultura familiar surge no limiar deste processo como forma de proporcionar meios de permanência do homem no campo e subsidiar planos de infra-estrutura agrária e créditos bancários. Os Perímetros Irrigados são espaços construídos com finalidades de remanejamento de famílias rurais para locais erguidos em decorrência da reforma agrária e da colonização. O município de Pau dos Ferros compreende em seu meio rural a interseção desses espaços, onde se observa um contexto histórico proveniente da atuação e responsabilidade do DNOCS. A pesquisa foi direcionada aos colonos do Perímetro Irrigado da cidade mencionada, onde os mesmos responderam a um questionário de múltipla escolha como se comporta a produção agrícola e como se dá a atuação dos órgãos responsáveis. Verificou-se que as práticas da agricultura familiar não atendem as necessidades específicas da população residente, seguindo caminhos divergentes do planejamento inicial. O distanciamento do poder público e a inexistência de uma assessoria técnica contestaram os moldes da agricultura a que se requeria. A população residente vivencia um processo de pluriatividade, intensificado pelo desestímulo de uma agricultura que não é capaz de suprir as necessidades básicas das famílias. Não se percebe atualmente um padrão de agricultura familiar no Perímetro Irrigado, configurando práticas agrícolas onde o proprietário a desenvolve através da contratação de mão-de-obra.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Perímetro Irrigado. Pluriatividade.

Abstract:

This paper demonstrates how to set the deployment phase of federal projects that contributed to mitigate the problem of drought in the Northeast. Are irrigation projects, deterritorialization and (re) territorialisation of spaces intended to increase agricultural production. Family farming appears on the threshold of this process as a way to provide means to remain human in the field and plans to subsidize infrastructure and land bank loans. The Irrigated Perimeters spaces are constructed for purposes of relocation of rural households to local uplifted as a result of land reform and colonization. The municipality of Pau consists of irons in his rural intersection of these spaces, revealing an historical context from the performance and accountability of DNOCS. The survey was directed to the settlers in the Irrigation city mentioned, where they answered a multiple-choice quiz behaves agricultural production and how is the performance of the agencies responsible. It was found that the practices of family farms do not meet the specific needs of the resident population, followed divergent paths of the initial planning. The distancing of the government and the lack of a technical advisory challenged the molds of agriculture that was required. The resident population experiences a pluri

process, intensified by the discouragement of agriculture, which is not able to meet the basic needs of families. Not currently perceives a pattern of family farming in the irrigated, agricultural practice setting where the owner develops through the hiring of labor.

Keywords: Family Farming. Irrigated. Pluriactivity.

1 Introdução

A agricultura familiar constitui-se numa forma proeminente de incentivar a produção agrícola e de manter o homem no campo. É incluída como uma maneira de proporcionar um meio ávido de sobrevivência às comunidades rurais, além de ser entendida, em diversos países, como uma forma de desenvolver o campesinato e contribuir para a qualidade de vida das populações rurais. O município de Pau dos Ferros, localizado em uma região denominada “Polígono das Secas”, devido à baixa pluviosidade média anual, é detentora dos mecanismos característicos desse tipo de atividade, visto que é relevante a necessidade de inserção de culturas por meio de projetos de irrigação.

As iniciativas de ativação de projetos de agricultura irrigada no semi-árido brasileiro são resultantes de levantamentos estaduais associados à necessidade de (re) territorialização de espaços destinados ao desenvolvimento da questão agrária no Brasil. Visando uma forma de manutenção do trabalhador rural no campo, foram inseridas algumas atividades que dão suporte à sua permanência, tais como a oferta de créditos bancários e uma infra-estrutura agrária que ofereça ascendência às atividades agrícolas.

Neste artigo iremos abordar como se sucedeu os projetos de irrigação no semi-árido, retratando a agricultura familiar como um planejamento dos órgãos governamentais contra as mazelas do problema da seca, bem como o comportamento de tais práticas com relação aos produtores rurais, mediante a inserção de projetos federais, dentre eles os Perímetros Irrigados. Estes espaços constituem uma forma de condicionar ao homem do campo um meio de sobrevivência a partir da produção de excedentes agrícolas. Em Pau dos Ferros, foi construído um Perímetro Irrigado que objetivava essas finalidades, como será perceptível no decorrer das discussões procedentes.

2 Os projetos de combate à seca no semi-árido e a implantação da agricultura familiar

O nordeste brasileiro caracteriza-se por conter um clima semi-árido, com baixo índice pluviométrico anual. A seca prejudica sua população há muito tempo, muito embora venha se apresentando como um problema encarado a partir de um viés político apenas recentemente, sobretudo no que diz respeito a sua relação com o desenvolvimento socioeconômico local. “Pode-se afirmar que esta alteração climática na região semi-árida só passou a ser considerada como problema relevante a partir de meados do século XVIII, depois de realizada a penetração da população branca nos sertões, com o aumento da densidade demográfica e com a expansão da pecuária bovina” (SILVA, 2010, p. 36).

Por localizar-se em uma região denominada de polígono das secas, o município de Pau dos Ferros-RN, sofre das mazelas desta imperfeição climática. De acordo com Andrade (1993), como soluções amenizadoras do efeito da seca encontravam-se, dentre as políticas públicas viabilizadas pelo Governo Federal, o processo de açudagem característico de regiões áridas e semi-áridas e uma política de intervenção econômica, através da criação de órgãos ou

instituições públicas que buscavam promover uma integração nacional, tais como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No caso específico do Nordeste e sua fase hidráulica, o órgão público que subsidiou as obras foi o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Para tanto, Cardoso (2007) relata que a intervenção governamental no Nordeste brasileiro efetivou-se mediante a observação da seca e a falta de infraestrutura econômica como principais pressupostos, constituindo a intervenção estatal na região a partir das concepções hidráulicas e econômicas, como citado anteriormente. Com relação à política hidráulica estabelecida pelo Estado, o mesmo autor salienta

Como parte das medidas de emergência adotadas, achava-se que os esforços governamentais deveriam ser concentrados no sentido de combater o fenômeno da seca e seus efeitos de forma direta, por meio da acumulação de água e construção de obras de engenharia, visando reter o homem no campo e dar condições de progresso à agricultura. (CARDOSO, 2007, p. 123).

Os projetos de irrigação tornaram-se evidentes no contexto de inserção de novas tecnologias agrárias no espaço nordestino como forma de manter o homem no campo, a partir de medidas que viabilizassem o desenvolvimento da agricultura familiar e favorecesse o crescimento econômico da região. “Outro desafio colocado ao DNOCS naquele período referia-se à questão das terras que deveriam ser aproveitadas para irrigação, nas bacias dos reservatórios” (SILVA, 2010, p. 49).

Com relação ao caso de Pau dos Ferros, o programa ao qual se enquadrava na classificação histórica a qual desencadeou os projetos de desenvolvimento para o Nordeste, ainda segundo Silva (2010), foi o Programa de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO), pois tinha como objetivo abastecer as atividades agrícolas com o fornecimento de água para irrigação. Diniz (2002) aborda outros projetos implantados pela SUDENE configurados como projetos-impactos, destacando-se o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE). Os projetos citados, assim como tantos outros, proporcionaram o crescimento da agricultura irrigada no Brasil e na região nordeste em particular, fato que fica evidenciado nos dados demonstrado por Heinze (2002). Segundo este autor, no ano citado, o território brasileiro compreendia uma área irrigada de, aproximadamente, três milhões de hectares.

3 Agricultura irrigada e o surgimento do perímetro de pau dos ferros

O Brasil é um país de clima diversificado, isto devido a sua dimensão territorial e a sua localização geográfica, na região nordeste estes aspectos se torna mais rigorosos devido ao clima semiárido. O clima é considerado um elemento preponderante quando se fala em agricultura, pois vem influenciar os fatores naturais das culturas agrícolas, através do regime de chuvas presentes em uma determinada área. Como frisa HEINZE (2002), o baixo índice pluviométrico e a distribuição irregular das chuvas tornam a irrigação uma tecnologia fundamental para agricultura. Diante disso a irrigação vem favorecer a resolução de alguns problemas socioeconômicos de alguns lugares.

O Brasil em 2002 possuía uma área irrigada de aproximadamente 3,0 milhões de hectares, distribuídos em 1,4 milhões a pressão e 1,6 por superfície, sendo que o nordeste abrangia cerca de 495.370 ha (HEINZE, 2002). Ainda segundo o autor, o período que a irrigação demonstrou um maior crescimento, foi nas décadas de 70 e 80 impulsionados por créditos disponibilizados pelo governo na época. Na década 70 mais precisamente foram

desenvolvidos projetos de irrigação, que viessem resolver alguns problemas proporcionados pela seca no nordeste. Para Rolim (2006), os projetos de irrigação são implantados como ferramenta de desenvolvimento local, e alimentam a esperança de melhoria na qualidade de vida. Os perímetros irrigados são espaços transformados através de construções de açudes, e técnicas de irrigação com intuito de melhorar as possibilidades da agricultura e o desenvolvimento de cada lugar, tais locais foram criados com intuito de suprir algumas necessidades presentes na região. Esses lugares em sua maioria eram responsabilidades do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), na qual foi criado em 1911, este órgão, submetido ao governo federal, assim como a SUDENE (Superintendência de desenvolvimento do nordeste), criada em 1959. Como frisa Heinze (2002) a SUDENE se responsabilizou por desenvolver ações que viessem aproveitar os recursos de água e solo da região, dando ênfase agricultura irrigada e a criação do GEIDA (Grupo Executivo de irrigação para o desenvolvimento agrícola). O GEIDA teve como objetivo desenvolver estudos no semiárido, focalizando a busca de possibilidades de irrigação, que viessem potencializar a economia da região nordeste.

Em 1979 no município de Pau dos Ferros no estado do Rio Grande do Norte, foi implantado um dos projetos de irrigação submetidos ao governo federal e de responsabilidade do DNOCS. No início foi feita uma desapropriação das terras, com o objetivo de criação de um perímetro irrigado. A partir disso foi preconizado um sorteio com os futuros irrigantes, contudo para se inserir um agricultor primeiramente era realizada uma coleta de informações referentes a ele, dessa forma se chegava à conclusão que o agricultor e a família estavam aptos as atividades da agricultura irrigada. Concluída a seleção o irrigante ou colono como é denominado, o agricultor receberia um contrato provisório experimental.

O DNOCS providenciou toda a infraestrutura através de recursos federais, e desenvolve um papel de fiscalizador, objetivando as possibilidades das atividades agrícolas. A partir disso foram construídos canais de irrigação, moradias um reservatório e consequentemente a barragem com o propósito propiciar o acúmulo de água, e abastecer o perímetro. Após toda a logística providenciada, se inseriam 44 colonos ou famílias irrigantes, na qual teriam que irrigar as terras por sulco¹.

O perfil dos irrigantes, ou colonos seria de pessoas com mais de 30 anos, casados que não possuíssem nem uma propriedade rural, e está apto às atividades de irrigação, tais como as culturas frutíferas e cereais. Em 1988 foi imposto um novo sistema de irrigação, o de aspersão, na qual priorizou a ampliação do perímetro através da utilização de novas áreas, até então inexploradas. Com esse crescimento favoreceu a entrada de mais irrigantes aproximadamente 31, portanto aumentando o número de famílias passando a ser 75. Dessa forma com o aumento da população no local se planejava o aumento da produção. Portanto os órgãos responsáveis determinaram que as primeiras culturas exploradas no perímetro fossem às frutífero como banana, e os cereais como o feijão e o milho. As (**figuras 1 e 2**) mostram a cultura feijoeiro no espaço rural em evidência.

¹ Sulco: Vala aberta pelo arado para o escoamento da água.



Figura 1 e 2: Cultura feijoeiro e atividades de irrigação no perímetro.
Fonte: Guilherme Fernandes, 2010.

4 Sistemas técnicos e os tipos de irrigação do perímetro irrigado

Para o dicionário técnica, é o modo de executar algum trabalho, sendo assim a técnica são conjuntos modificadores do espaço. De acordo com Santos (2008) sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços e relacionamentos entre os seres humanos. As técnicas de irrigação se caracterizam na exploração e melhor utilização do solo, com intuito de aperfeiçoar a ampliar a produção agrícola. No nordeste tais técnicas têm como objetivo, desenvolver a região como forma de melhoramento da qualidade de vida proporcionada pelo agronegócio. A irrigação propicia o aproveitamento dos os recursos naturais no semiárido para agricultura, resultando em uma maior produtividade, a partir de reservatórios que acumulam água, focalizando os possíveis empecilhos agrícolas impostos pelos fatores naturais.

A irrigação no perímetro de Pau dos Ferros pode ser evidenciada por dois sistemas técnicos agrícolas, os a sulco e aspersão, ambos desempenham papeis preponderantes em relação á produção local, sendo cada um com características diferenciadas. A técnica de irrigação é um conjunto de técnicas designadas a deslocar a água no tempo e no espaço para transformar as possibilidades agrícolas de cada região. (ROLIM, 2006 apud CHISTOFIDIS; LIMA; FERREIRA, 2005 p 3).

O perímetro é constituído de uma estrutura propícia ás atividades de irrigação, ou seja, todo o sistema é interligado, desde retenção da água da chuva pelo açude, como também o deslocamento da mesma pelo sistema de bombeamento. A água é submetida a uma longa viagem pelos canais com um destino final de chegar até as áreas de produção.

O primeiro sistema de irrigação do perímetro foi inserido junto com toda infraestrutura, a irrigação a sulco é caracterizada pela perfuração do solo com o arado em forma de vala com uma declividade de até 1%. O referido método se constitui na utilização de mangueiras para a retirada da água para o solo. As técnicas exercem uma influência sobre o comportamento do homem que logo se adapta a lógica de cada instrumento inclusive no campo (Rolim 2006). Neste sentido grande partes dos agricultores que se inseriram no perímetro tiveram que se adaptar ao sistema de irrigação, para isso o órgão fiscalizador, auxiliava monitorando toda infraestrutura. Segundo Santos (2008), uma técnica nunca aparece sozinha e jamais funciona isoladamente.

O perímetro comporta uma considerável área de 528 (ha.) propícia à irrigação, sendo que se leva em conta o número de colonos, obtendo-se uma média de 17 hectares por irrigante. Todavia o atual momento do perímetro, não se caracteriza como os números de destacam, grande parte dessas terras não são utilizadas. Um dos motivos é a ausência de garantias aos agricultores pelo próprio sistema implantado. Hoje uma pequena parte dos irrigantes ainda usufrui a infraestrutura, contudo grande parte deles são inseguros prevendo não obter êxito em sua produção. De acordo com Valverde (2006), os agricultores percebem que algo está errado e o trabalho não se torna compensador que a “terra está cansada” mais mesmo assim entende, ignora que poderá falhar. Cabem salientar, as modernizações e tecnologias agrícolas, que visam uma maior produtividade das culturas no campo. Segundo Heinze (2002), nos anos de 1996-98, houve uma expansão de métodos de irrigação por aplicação dentre elas o gotejamento e micro aspersão. A modernização dos espaços rurais pode ser evidenciada, por dois pontos o aumento da produtividade, e o aparecimento de máquinas que fazem na maioria das vezes o trabalho humano.

Desde seu início, o perímetro demonstrou pouco crescimento apesar da inserção de novas técnicas de irrigação. As máquinas utilizadas no local têm como objetivo a preparação do solo para os plantios, sendo que a colheita é realizada por mão de obra humana. Outro fator interessante no perímetro é a padronização das residências das pessoas, ou seja, as casas da agrovila são todas iguais e como o mesmo tamanho, para tanto toda a infraestrutura ainda se faz presente no perímetro, contudo as casas foram modificadas pelos próprios colonos, os galpões agora inutilizados estão desgastados com o tempo.

5 Perímetro irrigado: o desenvolvimento da agricultura familiar e a pluriatividade

Em 1979, na região do alto oeste potiguar, foi implantado um projeto do Governo Federal com reponsabilidade do DNOCS, chamado de Perímetro Irrigado. Estes espaços foram construídos em áreas do polígono das secas e constituem como ambientes onde são locados famílias de trabalhadores rurais, com o intuito de favorecer as práticas da agricultura irrigada. Para Diniz (2002), os perímetros irrigados são iniciativas estatais caracterizadas mediante a seguinte abordagem

O projeto dos perímetros irrigados fundamenta-se juridicamente no Estatuto da Terra (Lei Nº 504, de 30 de Novembro de 64), aprovado na vigência da Ditadura Militar, e traz duas propostas nítidas no que se refere à política fundiária: a Reforma Agrária e a Colonização, sem que uma excluisse a outra (DINIZ, 2002, p. 42).

O Estado se responsabilizou pela infra-estrutura e assessoria técnica na construção desses espaços, viabilizando a constituição de uma agricultura familiar, proporcionando a produção de alimentos e acúmulo de insumos agrícolas. Souza (2011) relata a formação histórica do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, enfocando sua implantação por parte do DNOCS, as quais se procederam na locação da infra-estrutura a partir da construção de canais de irrigação, reservatórios de água e moradias. Além disso, o autor vem destacar a inserção das famílias nesse espaço, elencando o papel rigoroso do órgão governamental responsável. Buscava-se implantar uma agricultura familiar no município, imbuída de práticas de irrigação. Entretanto, se emergia uma nova estrutura social patriarcada pelo colono ou irrigante chefe da família agrícola. Diniz (2002) destaca a inserção dos agricultores nos perímetros irrigados, a qual se depara com um contexto agrícola inovador determinado pelo DNOCS, notando-se na

escolha das culturas plantadas e no predomínio do modo de vida das pessoas. O Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros localiza-se a 9 km da sede municipal (**figura 03**) e seu processo de constituição determinou-se na desapropriação de um território e reterritorialização do mesmo, procedendo-se na divisão das terras em lotes e dividindo-os em recortes para os colonos.

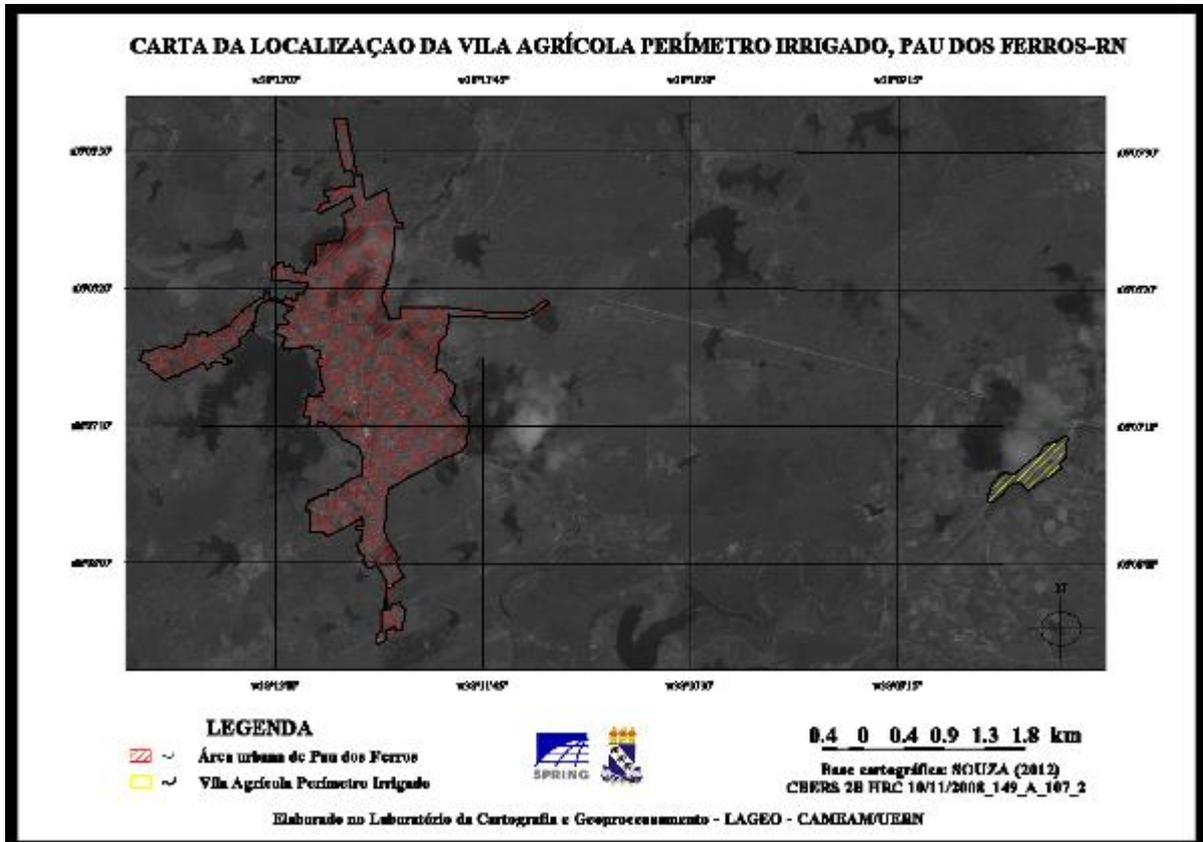


Figura 03: Localização do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros-RN.

Fonte: Autores (2012)

Entende-se que a finalidade primordial a que faz jus o incremento das atividades que tem o papel de ampliar estes espaços, esteja imbuída em práticas que promovam o desenvolvimento da agricultura familiar ao ressaltar historicamente os aspectos que embasaram a construção deste tipo de atividade, no caso do Perímetro de Pau dos Ferros, estas atividades em alguns casos estão relacionadas a financiamentos de órgão públicos (**figura 4**). Segundo Silva (2006), a agricultura familiar.

[...] é uma forma de produção na qual predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, enfatizam a diversificação e utilizam o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. (SILVA, 2006. p. 2).

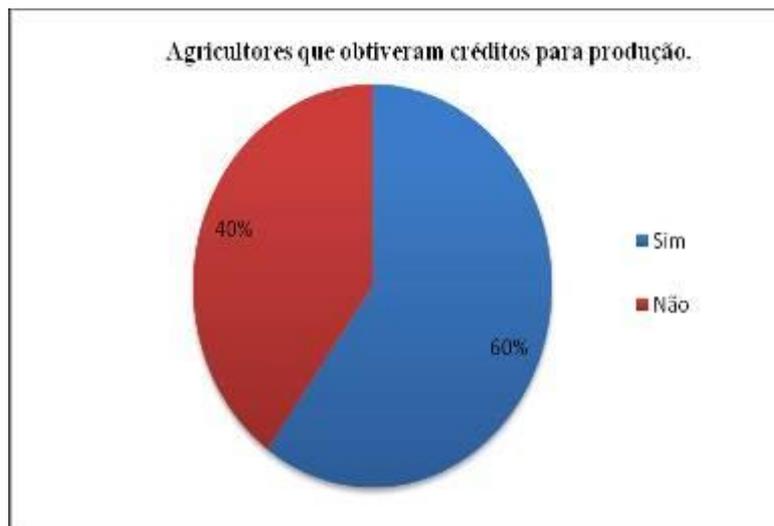


Figura 04: Agricultores que obtiveram créditos para produção.

Fonte: Pesquisa de campo, adaptado por SOUZA 2012.

Atualmente, um discurso em torno dessa temática envolve uma questão de mobilidade do trabalhador rural, pois estes vivenciam uma realidade decorrente de um modo de vida diferenciado de outras épocas que requer do sujeito uma intensificação de sua carga de atribuições. Este fato é o que alguns autores denominam de *Pluriatividade*.

Como fenômeno social e economicamente presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Percebe-se que este viés encontra-se emergido no limiar do campesinato brasileiro, uma vez que a modernização da agricultura tem incentivado a procura por outras formas de atividades e de produção de renda. Soma-se a estes pressupostos a ascendência do êxodo rural em grande parte das regiões agrárias nacionais, sobretudo nas pequenas e médias cidades, decorrentes do predomínio das atividades terciárias nas sedes administrativas destes locais, exercendo assim uma funcionalidade atrativa.

As condições de empréstimos variam com a necessidade do produtor, sendo identificado em dois tipos de projetos: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); sendo este último obtido a partir de 1994. Analisando o contexto local, identificou-se que 80% dos produtores utilizaram os créditos do PRONAF e 50% ainda estão ou foram endividados pelo FNE, demonstrando que alguns detiveram os dois tipos de créditos neste período. Há ainda uma pequena parcela que responderam nunca necessitarem dos financiamentos bancários. Vale salientar, que a utilização dos créditos provenientes do PRONAF, como mencionou alguns colonos, não foi destinado à produção da agricultura, pois tiveram outra finalidade de aplicação, como a intensificação da pecuária e outras necessidades fúteis.

Outro aspecto relevante nesta abordagem foi o papel dos órgãos públicos no desencadear da produção, representados no município pela Prefeitura Municipal, EMATER e, principalmente, o DNOCS. Este último tornou-se responsável pela construção do Perímetro

Irrigado e por promover assessoria técnica aos agricultores. No entanto, é ínfima a atuação do poder público com relação ao incentivo à produção (**figura 5**).

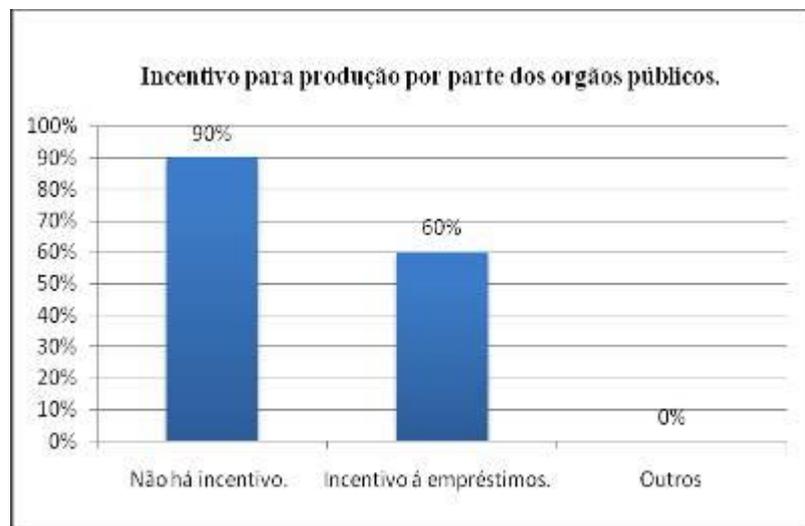


Figura 5: Incentivo para produção por parte dos órgãos públicos.

Fonte: Questionários aplicados, adaptado por Souza 2012.

No segundo gráfico é perceptível que para a maioria dos agricultores, não há incentivo para produção com relação à responsabilidade dos órgãos públicos e com a atividade primária no município. Contudo, quando se concretiza o incentivo, este fato direciona-se a adição de empréstimos, sendo uma problemática evidente na realidade dos colonos e proporcionada o endividamento dos mesmos, acarretando o desestímulo da produção agrícola.

A aquisição de incentivos por parte do poder público é um caso escasso dentro do espaço analisado e vinculado pelas inúmeras dificuldades apresentadas pelos produtores. A burocracia e acessibilidade junto aos órgãos responsáveis propiciam um problema evidente no desenvolvimento da produção. Outros fatores preponderantes são a carência de assistência técnica e o barateamento dos produtos durante o período da safra. A agricultura familiar no Perímetro Irrigado obteve assistência técnica a partir dos anos 1980 até meados da década de 1990 e este fato se concretizava no destino certo da produção. Todavia, é notório que essas características não comportam a realidade contemporânea dos produtores. O DNOCS, órgão responsável pela criação do espaço em análise, isenta suas ações com o sistema construído. As pessoas do local demonstram insatisfação com a realidade apresentada (**figura 6**), a qual é evidenciada por unanimidade dos agricultores pesquisados em relação a dois quesitos: a carência de assistência técnica, que para eles já é escassa há muitos anos; e o barateamento da produção. Com relação aos dados expostos no gráfico, é necessário abordar que as perguntas do questionário abrangeram mais de um quesito. Dessa forma, algumas respostas obtiveram a porcentagem máxima em suas respectivas perguntas.

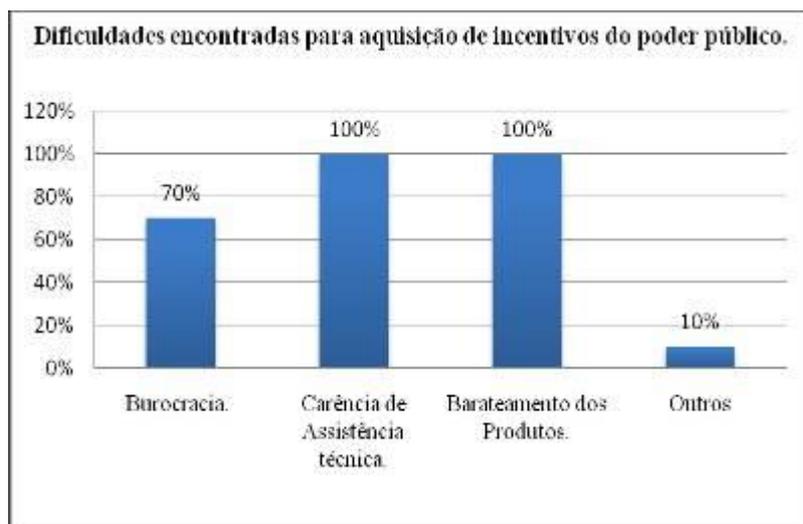


Figura 6: Dificuldades para aquisição de incentivos do poder público.

Fonte: Questionários aplicados, adaptado por SOUZA 2012.

Esta discussão aborda o padrão da agricultura familiar no Perímetro Irrigado ao analisar as principais características que o particulariza. Diante das entrevistas realizadas com os agricultores, é relevante destacar a inexistência de uma agricultura familiar no espaço estudado. Este fato encontra-se evidenciado no padrão da Base Legal que rege as características da agricultura familiar no Brasil – a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Notou-se que nos primeiros anos de existência do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, a agricultura familiar caracterizava-se como o principal objetivo a propor a fonte de renda e de subsistência dos moradores, sendo que esta política foi promulgada pelo órgão responsável, o DNOCS, onde apenas pessoas das famílias locais eram quem se responsabilizariam por cultivar e produzir naquelas terras. Na tabela precedente, estas características são ratificadas.

Informações referentes à produção e o padrão de agricultura familiar do Perímetro Irrigado.

Perguntas	Respostas	Variáveis (%)
No lote, há produção de alguma cultura?	Não há produção	10
	Produção de Feijão	90
	Produção de Milho	60
	Outros produtos	70
Qual a renda familiar?	Somente agricultura familiar	10
	Outros tipos de atividade	90
Qual a finalidade da produção?	Subsistência	100
	Mercado municipal	100
	Excedente mercado externo	100
Quem trabalha na produção?	Apenas a família	0
	Empregados	100
Em que época?	Somente na safra	40
	Período da produção	60

Fonte: Pesquisa de Campo, adaptado pelos autores 2012.

Observando os dados expostos na tabela, verifica-se que o produto e a atividade predominante na produção agrícola local é a monocultura feijoeira, abrangendo mais de 90%

da produção agrícola. Para os agricultores, a inserção de novas culturas configura-se como obstáculo para o sistema técnico de irrigação presente, tendo em vista o alto custo de manutenção da mesma. Outro aspecto relevante é a produção familiar nesse espaço, sendo perceptível a renda que comportada pelas famílias: aproximadamente 90% das pessoas amostradas não detêm seu meio de sobrevivência apenas da agricultura. O que se percebe neste local é a experiência da pluriatividade, ou seja, os produtores buscam outras formas de complementação da renda familiar por meio de atividades não-agrícolas. Nota-se o descaso dos familiares dos colonos com o trabalho agrícola, onde os mesmos não buscam a continuação dos seus patriarcais, procurando outras formas de sobrevivência, como uma qualificação do ensino e educação própria e/ou a inserção no mercado de trabalho na sede administrativa municipal.

A (re) produção do território do Perímetro Irrigado destina-se a escalas diferenciadas, constituindo a subsistência de seu povo a partir do abastecimento do mercado local e externo, ou seja, para além de suas fronteiras. A produção designada ao mercado da cidade Pau dos Ferros exerce um insignificante papel no escoamento da cultura do feijão. O mercado externo que absorve aproximadamente 90% do excedente produzido está localizado em cidades que detêm um maior mercado consumidor do produto, como Mossoró-RN e Fortaleza-CE. A mão-de-obra utilizada no processo produtivo não se configura apenas sobre o caráter familiar, pois 100% dos entrevistados responderam que contratam diaristas e/ou arrendam suas terras. Contudo, essa relação de trabalho apresenta-se em dois momentos distintos durante o período da produção ou apenas na safra. O que se sabe realmente é que há uma dependência de mão-de-obra para o desenvolvimento da produção.

6 Considerações finais

Após a sistematização e análise do espaço mencionado, torna-se de suma importância destacar as características preponderantes que distinguem a agricultura no Perímetro Irrigado. Foi perceptível que houve a iniciativa de implantar as práticas da agricultura familiar no local a partir da admissão de projetos de irrigação. Nos primeiros anos do projeto, foi verificável a aplicação de infra-estrutura e assistência técnica por parte do órgão responsável, e possibilitando, mesmo que timidamente, a iminência de um padrão de produção agrícola familiar.

O distanciamento do poder público e a inexistência de uma assessoria técnica contestaram os moldes da agricultura que se vinha construindo. As pessoas do espaço perpassam pelo processo de pluriatividade, intensificado pelo desestímulo da agricultura que não supri todas as necessidades básicas das famílias. Dessa forma, não se percebe atualmente um padrão de agricultura familiar no Perímetro Irrigado, configurando-se em práticas patriarcais onde o dono da terra desenvolve a agricultura sob o auxílio de empregados.

Portanto, percebe-se a falta de iniciativa pública, principalmente por parte das competências municipais e órgãos federais e estaduais responsáveis, ao que tange à promoção de uma infra-estrutura adequada que contribua para o desenvolvimento local e a inserção propriamente dita, de um padrão de agricultura familiar, quando deveria acontecer o inverso.

7 Referências

ANDRADE, M. C. de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Decreto-lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.**

CARDOSO, M. C. O estado desenvolvimentista e o Nordeste: entre o assistencialismo e a tecnoburocracia economicista. In: _____. **O Nordeste e a questão regional.** São Paulo: Ática, 1993. p. 117-153.

DINIZ, A. S.. A construção dos Perímetros Irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, D. SAMPAIO, L. F. DINIZ, A. S. (org). **Modernizações Excludentes.** Fortaleza: Edições democráticas Rocha, 2002. p 39 a 59.

HEINZE, B. C. L. B. **A importância da agricultura irrigada para o desenvolvimento da região Nordeste e do Brasil.** Brasília: Ecobusiness school/FGV. 2002. 44 p.

ROLIM, J. B. de S.. **Sistemas Técnicos e Sustentabilidade: Desafios no Perímetro Irrigado de Morada Nova (PIMN), Ceará.** Fortaleza, 2006. p 2 a 24 (Dissertação).

SANTOS, Milton. Sistemas Técnicos. In: _____. **A Natureza do espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção** 4 ed. São Paulo: REIMPR. 2008. p 171 a177

SCHNEIDER, S.. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 15/fev/2012.

SILVA, R. M. A. O que foi feito: ações governamentais no semi-árido brasileiro. In: _____. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: BNB, 2012. p. 31-80.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. **Campo e Território: Revista de Geografia Agrária.** Uberlândia. v.1, N. 1, P, 1-16, fev. 2006.

SILVA, L. F. D. da. **Avaliação de unidades produtivas da Agricultura Familiar no Perímetro Irrigado de Sumé, PB.** Campina Grande: UFCG, 2006. 87 p. Disponível em:
<<http://www.deag.ufcg.edu.br/copeag/dissertacoes2006/Lindiberg.pdf>>. Acesso em: 10/fev/2012.

SOUZA, G. F. de. NASCIMENTO NETO, L. E. do. **O espaço rural e os desafios no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros – RN.** Pau dos Ferros, 2011.